



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariado pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Basílio Zanusso.

A hora regimen: registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Ferdemann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcio Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (37); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencr, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja apreciado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 184/78, que institui a carreira de Redator, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 164/78, Proposta Orçamentária para o Exercício de 1979.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de voto de solidariedade ao Jornal Movimento que teve sua edição número 177 apreendida pela Polícia Federal de São Paulo.

Requer, outrossim, que do presente, se dê ciência à Diretoria do citado jornal.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) Deni Schwartz

JUSTIFICATIVA:

1 — O Governo Federal, antes das eleições, em ato que mereceu os maiores elogios, inclusive da oposição, levantou a censura prévia de toda a imprensa escrita.

2 — A apreensão teria sido motivada pela manchete principal do jornal, em artigo que analisava os resultados das eleições.

3 — Não pode o Poder Legislativo deixar de se manifestar neste momento em que alguns pretendem outros retrocessos.

4 — Há necessidade urgente de se garantir a presença, no cenário nacional, da imprensa mais identificada com os interesses populares.

Endereço da Administração do Jornal: Rua Dr. Vergílio de Carvalho Pinto n.º 625 - Pinheiros - São Paulo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Dr. Mário Lopes dos Santos.

Requer outrossim, após a aprovação do presente, se dê ciência do inteiro teor do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Não só como Diretor Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, mas também pela sua formação e estirpe de homem digno e honrado, o Dr. Mário Lopes dos Santos, fez por merecer sua nomeação à mais alta corte da Justiça do Estado.

Certamente o Dr. Mário Lopes dos Santos irá contribuir com sua experiência e conhecimentos jurídicos adquiridos ao longo dos anos de luta, para uma melhor distribuição da justiça em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a localidade denominada VILA NILZA, situada no Bairro Leomar, Município de Iporã, venha a contar com serviço telefônico.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) Antônio Facci

JUSTIFICATIVA:

Vila Nilza, é cercada por uma das melhores regiões cafeeiras de nosso Estado, constituída por pequenas propriedades, gerando grande produção de cereais, produzida por pequenos proprietários e parceiros agrícolas, que, normalmente comercializam sua produção no próprio distrito. Vila Nilza, constitui-se hoje, em exceção entre todas as Vilas paranaenses, já que não conta com rodovias em condições de uso em qualquer período e tampouco serviço telefônico. Por isso, há urgência na instalação do serviço telefônico para possibilitar comunicação adequada à sua população.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 186/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 13 da Lei nº 6639, de 05 de dezembro de 1974, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 13 — O fundo será administrado por um (01) Presidente eleito dentre os associados em Assembléia Geral, para um mandato de dois (02) anos, cabendo-lhe escolher entre os associados, um Tesoureiro".

Art. 2.º — O artigo 10 da Lei nº 6639, de 05 de dezembro de 1974, é acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação: "Parágrafo único — Ocorrendo o falecimento do associado, a viúva perceberá 50 % (cinquenta por cento) do valor correspondente à aposentadoria a que teria direito o associado".

Art. 3.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoiamentos: Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira, Lineu Turra, Accioly Neto, Basílio Zanusso, Augusto Carneiro, Waldenício Barbalho, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont, Gabriel Manoel, Otássio Pereira, Antônio Facci e Ernesto Gnoato.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir distorções na Lei 6639/74, atendendo, principalmente, à real finalidade previdenciária a que se propõe e melhor adequação administrativa para o seu funcionamento.

PROJETO DE LEI Nº 187/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ", com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da filantropia e assistência social, principalmente ao menor, à comunidade de Rolândia.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Chego ao fim do meu mandato com a consciência tranqüila pelo que realizei. Cumpri o que prometi ao ser eleito Deputado, em 1974.

O que foram estes quatro anos de constante atividade parlamentar, podem dizê-lo meus familiares, privados do convívio do chefe de família. Porque o meu tempo foi dedicado, muito mais que aos negócios de minha empresa, ao atendimento constante dos eleitores e representantes de municípios do Interior; ao estudo dos problemas de importância para o nosso Paraná e a presença continuada na tribuna da Assembléia Legislativa.

Em face desse trabalho, eu esperava a reeleição como uma

consequência natural, sem promover os fatos com que alguns candidatos se apresentaram em campanha.

Doutro lado, nunca barganhei o meu voto parlamentar no sentido de obter da administração, em troca, um favor político ou econômico.

Talvez seja esta uma das causas da minha não reeleição. Além de ter sido prejudicado em muitas áreas por candidatos ligados ao Governo, que levaram companheiros nossos a se realinharem em favor de candidatos desvinculados dessas regiões, mas protegidos a partir do esquema governamental.

De forma, agradeço os 13.215 votos que recebi dos eleitores do Paraná, apesar de não reeleito, essa votação me conforma e me leva a prosseguir na trincheira da luta que venho travando, há quatro anos, em favor de princípios fundamentais para a vida brasileira.

Quais são eles? Em primeiro lugar, a livre empresa, porque só uma economia livre pode servir de base à Democracia. Em segundo lugar, o acesso a melhores oportunidades de vida, iniciando desde a juventude, pela educação orientada para a especialização profissional, para o trabalho cada vez mais eficiente. Em terceiro lugar, uma vigorosa ação contra o comunismo internacional, que aliás só tem mostrado fracassos na promessa de trazer o desenvolvimento, pleno, aos povos.

Porque na realidade, a boa luta é a do desenvolvimento e do progresso com bem-estar para o povo brasileiro.

Desenvolvimento que só floresce num clima de democracia política e de liberdade econômica. Esta a bandeira a que me propus quando entrei no Parlamento estadual e que empunharei daqui para o futuro, seguro de que ela atende às razões de minha consciência cristã.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A campanha política continua e continua também a campanha do MDB, que o Movimento Democrático Brasileiro está desenvolvendo há muitos e vários longos anos que representam mais de 365 dias.

Viria, Sr. Presidente, a esta tribuna hoje, para tratar de um assunto relativo ao desenrolar do pleito eleitoral de 15 de novembro, fazendo uma ampla análise sobre suas causas, seus efeitos e os resultados deles emergentes para o futuro do Paraná e do Brasil.

Todavia, não havendo possibilidade, no Grande Expediente, e nem tão pouco possibilidade de exposição de todo o conteúdo dos nossos objetivos, me prendo tão somente a um fato aparentemente de pequena monta. Mas, deixo aqui registrado a minha incompreensão, o meu desalento, e ao mesmo tempo, o meu desapontamento pelas medidas econômicas, paliativas, que o Governo da República vêm propondo, fazendo, determinando e impondo à Nação. E como consequência elitista, da política que beneficia o grande capitalismo neste País, modestamente, na proporção talvez, de um grão de areia da praia, quero propor a esta Casa, um requerimento vazado nos seguintes termos.

(Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao CONSELHO INTER-MINISTERIAL DE PREÇOS e à SUNAB, protestando-se contra a permissão da elevação do preço do pão de 50 gramas que se fabrica no Paraná, apenas dois dias após a data das eleições, permitindo-se a volta da inaplicável e conchecidíssima "Fórmula Mágica" do pão d'água e, conseqüentemente, do desaparecimento do produto conhecido como "pão francês", o qual, segundo pesquisas procedidas, continua a inexistir em nosso Estado. Requer, ainda, seja dada ciência do presente expediente às

lideranças das bancadas da ARENA e do MDB do Paraná, na Câmara Federal, por tratar-se de caso típico de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar-se esse estranho fenômeno, caso o mesmo venha a persistir em prejuízo de nossa população mais humilde e necessitada, à qual não se pode furtar o direito de ter em suas mesas esse alimento básico.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Mal estavam sendo divulgados os resultados das eleições de 15 de novembro, a SUNAB local anunciou a autorização da elevação do preço do pão d'água "FORMULA ESPECIAL" para Cr\$ 0,70 (setenta centavos).

O interessante é essa tal fórmula especial, ou "Fórmula Mágica", como foi batizada pela população local, torna-se impossível de ser fiscalizada, e já foi tentada anteriormente, em nosso Estado, sem nenhum sucesso prático.

Acontece, que tal sistema já foi experimentado anteriormente e não deu qualquer resultado prático e, agora, está se repetindo: o pão d'água não está sendo fabricado com a fórmula especial; o pão francês continua a inexistir em oferta; e, praticamente, ninguém vende o pão d'água pelo mesmo preço, na falta do pão tabelado.

Por outro lado, vários Supermercados continuam a cobrar os mesmos Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) pelo pão d'água numa demonstração inequívoca de que, mesmo vendido a este preço ele proporciona lucro.

Enquanto isso, nossa população mais carente de alimento, vem caindo num engodo sob as vistas dos órgãos encarregados de não permitir que isso possa acontecer.

Alertadas as autoridades competentes, com as quais sempre procuramos manter diálogo em tom de cordialidade, esperamos que o problema possa ser resolvido de imediato. Caso contrário, inevitavelmente pediremos a formação de uma Comissão Interparlamentar de Inquérito para apurar o que está acontecendo com a comercialização dos produtos básicos de alimentação, tais como a CARNE, o PÃO e o LEITE, sendo que este último, segundo os noticiários, é servido aos porcos com gordura de 4% e à população local com índice inferior àquele necessitado pelos seres humanos...

Finalmente, é de se notar que deve haver manipulação nos índices do custo de vida divulgados pelo Governo, pois, se o pão d'água era vendido em agosto de 1977 a Cr\$ 0,20 (vinte centavos) nos Supermercados e a Cr\$ 0,30 (trinta centavos) nas padarias, houve, até esta data, 133,33% de aumento desse produto básico da alimentação, o mesmo acontecendo com a carne, o leite e seus derivados. Onde teriam sido obtidos os dados que dão o aumento do custo de vida em bases inferiores a 2% ao mês?

Portanto, como podemos notar, o assunto em tela é realmente grave e deve merecer a atenção imediata não só dos setores competentes do Executivo, como, também, de todos os integrantes do Legislativo do Estado do Paraná, onde se registra o problema.

Sr. Presidente, deixo aqui o protesto em nome, principalmente, dos consumidores deste tipo de alimentação. Faço aqui, também, um protesto ao Governo, a este regime, e, sobretudo, ao modelo causticante e que, no curso já de quatorze anos, claudica atestado passado pelo resultado das eleições, por todas as pressões e injunções feitas pelos Governos, tanto da República como o Governo do Estado, como os Governos dos Municípios, e o resultado está aí, a testificar que o povo brasileiro não suporta mais este clima de tensão, de desalento e de despreparo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Naturalmente, terei que falar sobre as eleições e, em primeiro lugar, quero dizer que o nosso objetivo, em parte, foi conseguido. Ajudamos a eleger o Senador, o "Senador do Povo" e, com a grande e altruística colaboração do grande Deputado Enéas Faria, que concorreu a eleição e que conferiu extraordinária votação para que o Sr. José Richa fosse hoje Senador do Paraná pela legenda emedebista.

Outro grande objetivo conquistado, foi a eleição do jovem Heitor de Alencar Furtado. Como é sabido, este moço, filho do ex-Parlamentar cassado, Alencar Furtado, conquistou uma brilhante vitória e teve também a minha colaboração porque fui dobradinha com ele, apenas com ele, em todo o Paraná, em todos os Municípios onde tenho atuação política. A sua vitória pois, me conforta, muito mais do que a minha volta à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Não pude voltar, é verdade, porque no Paraná, principalmente nos Municípios pequenos, não houve propriamente eleição; houve isto sim, uma disputa de comandos políticos. Comandos políticos que ao contrário do que definiu certa vez nesta Assembléia, o líder do Governo, "instituição extralegal, em via de extinção".

O Comando Político se constitui na maior fonte de corrupção do Governo do Estado do Paraná. O que ocorreu na minha região? Na região onde tenho atuação política, na região noroeste do Paraná? A luta esboçada entre dois candidatos da Arena com prestígio oficial: o parlamentar Wilson Fortes, e o ex-parlamentar Benedito Pinto Dias. Correligionários sim, mas inimigos fígados. Tanto é verdade que o pronunciamento mais violento contra um cidadão, foi proferido nesta Assembléia, pelo Deputado Wilson Fortes, contra o ex-parlamentar e ex-Prefeito de Paranavaí, Benedito Pinto Dias. A rivalidade entre ambos, no Noroeste do Paraná, era de tal ordem, que a luta ficou entre eles. Desde Santo Antônio do Caiuá a Querência do Norte, o que se disputava em verdade, era o mando, era exatamente aquilo que tantas vezes eu disse aqui na Assembléia. Porque, por estranho que pareça, quem mais falou sobre o comando político, quem mais denunciou, quem mais protestou contra o comando político durante estes 4 anos, que estão por terminar, nesta Casa de Leis, foi exatamente o Deputado que está na tribuna. E talvez tenha sido o Deputado que se encontra na tribuna, aquele que mais sofreu as consequências do comando político.

Vejam os que aconteceu na minha região de atuação política: Santo Antônio do Caiuá, prefeito eleito pela legenda emedebista. Tão logo foi eleito, a Aliança Renovadora Nacional, através de S. Ex.^a o Governador, passou a tirar fotografias com o Prefeito de Santo Antônio do Caiuá, para demonstrar sua sensibilidade humanitária, esquecendo todavia que o Prefeito de Santo Antônio do Caiuá, se encontrava numa cadeia de rodas, em razão do mal comportamento da polícia do seu Governo, numa tentativa contra a sua vida, aquele moço quase a perdeu. E o assassino era um policial.

E isso não é tudo, porque o Delegado que obedecia o comando político da Aliança Renovadora Nacional, deu fuga ao criminoso e este Prefeito aderiu a uma das candidaturas da Aliança Renovadora Nacional. Aderiu à candidatura do ex-parlamentar e atual Deputado, eleito, Sr. Benedito Pinto Dias.

Aí está a rivalidade em Santo Antônio do Caiuá entre o Prefeito do MDB que emprestava toda a sua solidariedade ao candidato da Aliança Renovadora Nacional, tendo toda cobertura oficial do candidato da Aliança Renovadora, Deputado Wilson Fortes, foi de tal ordem que eu até me orgulho de ter sido o Deputado mais votado do MDB em Santo Antônio do Caiuá.

Enquanto eles, os dois, se aproximavam da casa dos 1.000 votos, o Deputado Waldenício Barbalho teve apenas 8 votos em Santo Antônio do Caiuá.

A disputa era apenas de comando político, a maior fonte de corrupção deste Estado. É preciso até que haja uma revolução e quantos eu pensei que essa revolução fosse acontecer, como dizia o saudoso General Juarez Távora, "Revolução através do voto". E ela não aconteceu. O povo pressionado e conquistado pelo Prefeito, uma ala que levou todo o MDB a votar no candidato Benedito Pinto Dias, e a outra ala, rival, do atual Deputado Benedito Pinto Dias, e sob as ordens do comando político exercido pelo parlamentar Wilson Fortes, foi de tal ordem, que conferiu ao Deputado Waldenício Barbalho, a maior votação do MDB no seu município, 8 votos apenas.

Mas, vejamos o que aconteceu nos demais municípios.

Em São João do Caiuá, é uma linha, município limítrofe a Santo Antônio do Caiuá, prefeito eleito pela legenda do MDB. Muito bem, conquistado pelas promessas de comando político, pelo ex-Prefeito Benedito Pinto Dias.

A rivalidade entre o atual Prefeito e o ex-Prefeito era de tal ordem, que o atual Prefeito saiu de casa em casa, em São João do Caiuá, a pedir votos.

"O Deputado Barbalho é meu amigo, mas eu preciso conquistar o comando político para nomear delegados e pedir ao Governador que nomeie funcionários para os cargos de comissão. Eu estou sendo hostilizado no meu município, e a rivalidade entre os inimigos figadais Benedito Pinto Dias e Wilson Fortes foi de tal ordem que ambos, o Deputado Wilson Fortes e o ex-parlamentar Benedito Pinto Dias obtiveram votação de aproximadamente 1.500 votos cada um. E o Deputado Barbalho? O mais votado nas eleições de 1974, quando naquele município não existia nem notícias do MDB, honrado com a maior votação de São João do Caiuá, 54 votos apenas.

E assim, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, diremos que não houve propriamente uma eleição, assim como o Prefeito Wilson Sasaki, posto em cadeiras de rodas pela polícia do Governo que corrompe neste fabuloso Estado do Paraná, e continua a corromper, e há de corromper, porque tem, inclusive, o respaldo do Governo Federal para isto, domina, pressiona, conquista, o mando político dos pequenos municípios.

Ainda bem que o Paraná não tem apenas pequenos municípios. Tem grandes municípios, onde a vontade livre do povo é expressa nas urnas.

Tamboara, onde o terceiro Prefeito do MDB eleito pela legenda do MDB, é até pitoresco falar-se em Tamboara. Que aconteceu em Tamboara? Inicialmente aliciado pelo parlamentar que detém o comando político, Deputado Wilson Fortes. E depois? Não, depois não, porque foi conquistado pelo seu adversário, pelo seu inimigo figadal, que o convenceu com o seguinte argumento: "S. Ex.^a, o Governador Jayme Canet Júnior, o seu mandato vai ser concluído, e o futuro Governador será o General Ney Braga, meu particular amigo, eu sou homem da sua cozinha". E o Prefeito, com o mesmo propósito dos demais, São João e Santo Antônio, desistiu de dar apoio à candidatura do Deputado Wilson Fortes para hipotecar plena e soberana solidariedade, ao Deputado Benedito Pinto Dias, que foi o mais votado de Tamboara, juntamente com o Deputado Wilson Fortes, deixando para o Deputado Barbalho a honra de ser o mais votado do MDB, com apenas 332 votos!

Disputou-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais o comando político. A sorte do Senador pouco importava para os Prefeitos do MDB. Poderiam votar em José Richa, em Enéas Faria, ou no candidato do Governo. Pouco importava. O principal era a conquista do comando político, essa fonte criminosa de corrupção.

E assim foi esvaziando a minha candidatura.

Mas, eu tinha uma dívida muito grande para com o Estado do Paraná, o Estado que me recebeu de braços abertos, em 1954, através de sua cidade ainda em formação — Paranavai — e que me deu todas as condições em razão de sua hospitalidade, em

razão de suas terras férteis, de seu povo maravilhoso, dessa civilização extraordinária, formada de tanta gente do Sul e de tantos nordestinos, para que eu conquistasse um pequeno patrimônio e aqui nascessem os meus filhos.

Era uma dívida sagrada que teria que pagar ao Paraná. E por isso, eu digo com toda a força que me impele o coração, iria frustrado para o outro mundo se não chegasse a retribuir, ao Estado do Paraná, através de minha atuação — pálida até — na Assembléia Legislativa do Estado, essa gentileza, essa hospitalidade.

Mas, na cidade de Rondon, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um fato também pitoresco aconteceu. Lá as eleições para Arena ou MDB, pouco importava, bem como para os candidatos ao Senado. O que interessava era a luta que se esboçou entre o poderio econômico da Prefeitura Municipal e o poderio econômico do Banco do Estado do Paraná, através de sua agência.

E quando sentiram, os da ala da Arena 1, que o candidato da Arena 2 poderia vencer, em razão do apoio do Banco do Estado, através de seu Gerente, pleitearam a remoção do Gerente daquela agência.

Tal fato não se deu, mas houve um acordo, certamente entre os Deputados que disputavam a legenda da Aliança Renovadora Nacional, naquela cidade.

Muito bem!

O Gerente continuou, licenciado, fazendo sua campanha para seu futuro Prefeito de Rondon. E a luta se esboçou de tal ordem, entre o Banco do Estado do Paraná e a Prefeitura do município de Rondon, que ambos se aproximaram, um deles da casa de um mil e 500 votos e o outro dos 2 mil votos.

E novamente o Deputado Barbalho, foi honrado com a maior votação do MDB, 62 votos, apenas.

Porque dizer-se que houve uma eleição no Paraná? Por que dizer-se que houve uma eleição, quando, em verdade, houve, isto sim, a vitória da corrupção?

Agora mesmo eu estava ouvindo o Deputado Alfredo Gulin, que denunciava as pressões e o poderio econômico do Governo para eleger aqueles que participam da simpatia do Governo.

O Deputado Luiz Alberto de Oliveira está a denunciar a corrupção no Estado do Paraná; o candidato a Deputado, José Leprevost também, só que, este, afirma que participou da corrupção mas que não levou os seus frutos.

Estamos numa época assim. Por isto é que não devemos nem falar em moralidade, porque, em verdade, as coisas se invertem de tal ordem, que, o imoral passa a ser moral e, o moral deve ser considerado imoral.

Vivemos numa época em que é realmente, — e se esta declaração é séria eu o faço e assumo inteira responsabilidade — necessidade, preciso até mesmo a revolução, através das armas, para acabar com esta corrupção e esta subversão da ordem.

Estou tranquilo. Tranquilo, porque, quem defende um ideal, morre por ele; quem defende um ideal, vai para o cárcere e só sai, como eu disse certa vez, pela porta da frente que é a do direito e da justiça, recusando a porta dos fundos, que é a dos favores.

Continuo defendendo um ideal! A política para mim, é como o oxigênio, necessário à minha vida. Continuarei nela, na minha cidade sede, sendo, certamente, candidato a Vereador, Vice-Prefeito ou Prefeito, dependendo dos interesses locais e dos votos dos futuros membros do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro. O que não concordo, o que não aceito é que se silencie diante de uma situação dessas. E é por isto que, embora derrotado, que embora não eleito, eu estou aqui fazendo valer o meu direito, o direito de dizer, o direito de reclamar, o direito de esperar, o direito de acusar, o direito de dizer que, se não houve a revolução dos votos pregada, no passado, por um ilustre e saudoso General, que haja a revolução das armas, para acabar com a corrupção e com a subversão

da ordem. Se o cartigo for a cadeia, que abram as portas, que nela entrarei, até com satisfação. A mim pouco importa. O que importa, é a luta. Estarei até o fim do mandato, lutando, denunciando fatos da vida pública do Estado do Paraná, fatos da vida pública dos municípios, dizendo, por exemplo, o que ocorre, no Município de Paraíso do Norte e, o que ocorre será objeto de um futuro requerimento à semana que vem, com certidões comprobatórias, de ato criminoso: Sua Excelência o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, que é ao mesmo tempo em que inquilino e senhorio da Prefeitura, locador e locatário, contrata consigo mesmo. Vou pôr em xeque a honorabilidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com um requerimento instruído com certidões comprobatórias, para testar a dignidade dos Deputados do Estado do Paraná. Denuncio este Prefeito, através de um requerimento que será entregue para discussão e votação à semana que vem, instruindo com certidões comprobatórias - repito - para que o Poder da Assembléia Legislativa do Estado promova a responsabilidade criminal do Prefeito de Paraíso do Norte, que, recebe toda a cobertura do Governo, Governo de corrupção, Governo que, sem ter recebido da Assembléia Legislativa do Estado, a devida autorização, fez de veículo, doação, uso, ao município de Itamboara para que fosse aliciado o Prefeito a dar cobertura à candidatura do Deputado Wilson Fortes e depois aí é que está o pitoresco, como o futuro Governador será o General Ney Braga e as vinculações entre Pinto Dias e Ney Braga são bem maiores, o Prefeito abandona o Deputado Wilson Fortes, para dar apoio ao Deputado Pinto Dias.

Diga-me, quantos Prefeitos têm em municípios pequenos e eu direi a você, nobre Deputado, nobre parlamentar, quantos votos terá para a legenda do seu Partido, para que V. Ex.^a retorne à Assembléia Legislativa, ou seja eleito Deputado.

Este é o Estado que nós vivemos, este é o país em que nós estamos. Mas pedir para quem? Só se for para os céus, porque pedir para os homens que participam dessa corrupção, dessa subversão da ordem. Afinal de contas, pra que se fez uma revolução neste país, e dela eu participei, embora já tenha me declarado arrependido, porque ela se transformou em golpe e hoje em pretexto para que os corruptos permaneçam no poder, por isso vou deixar de lutar? Não. Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se não tiver uma tribuna, quem sabe poderei ter um outro instrumento de comunicação, um jornal, estou a pensar, estou a pensar até em ser jornalista, porque o Estado do Paraná não tem imprensa. Quem fazia oposição neste Estado do Paraná era o Sr. Paulo Pimentel. Deixou de fazê-lo quando se candidatou a Deputado Federal pela Aliança Renovadora Nacional.

Hoje silenciam os jornais a respeito de fatos mais deprimentes da vida pública desse extraordinário Estado. Onde está a imprensa, se a imprensa é dominada pelo poder de corrupção, pelo poderio econômico que emana da fonte pública do próprio Estado. Continuarei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lutando, lutando, gritando, esperneando como Deputado, como membro de uma comunidade, sem ter mandato, mas falando, falando e pedindo ao povo, procurando esclarecer o povo, o povo que vive numa miséria tão grande que, por gratidão, dá o voto nas eleições.

É por isso que o Prefeito, já disse certa vez o Papa Pio XII, o Prefeito é o pai dos munícipes e eu digo hoje, às vezes transforma-se em padrasto, porque quando o Prefeito, que é o pai dos munícipes, leva os munícipes a praticar uma ação má, ele transforma-se em padrasto dos munícipes e isso tem acontecido nos municípios pequenos, onde o povo vive miseravelmente e depende de uma Prefeitura. São os seus parentes, são as ameaças do Prefeito, a dizer: ou elege o candidato que vai me dar o comando político, ou você perde o emprego e a sua família também e os seus parentes. A pena

ameaçadora se estende aos membros da família. Esta é a situação deste Estado e, quem sabe, talvez deste País.

É por isso que nós temos que lutar; lutar e, muito; lutar e, muito. Quero dar, aqui, toda minha solidariedade neste fim de mandato, a declaração feita pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a respeito da CPI da corrupção. Se puder colaborar neste final de mandato, estarei aí para, quem sabe, assinar o seu requerimento, porque é inegável; e, quem mais declara que houve corrupção, são os membros da Aliança Renovadora Nacional, ligados, ou não, a S. Ex.^a o Governador do Estado.

É preciso providências; é preciso que essas providências sejam tomadas, porque é preciso, sobretudo, que se eduque o povo, principalmente, dos pequenos municípios; é preciso que se lhes dê melhores condições econômicas para viver, para que tenham a liberdade para votar numa eleição parlamentar em que se disputam cadeiras na Assembléia Legislativa do Estado e no Senado da República e, não neste ou naquele candidato a Deputado Estadual que será o detentor do comando político deste Estado. A maior fonte de corrupção, o comando político é uma ameaça à Constituição; mas, que Constituição que nós temos? Que Constituição? Que lei? Retornemos ao passado; lei, ora, lei; cumpre-se lei neste País?

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este pronunciamento deveria ter sido escrito; mas, se o fosse, não iria consigo a voz da ponderação e não a do coração. Hoje, ainda não é a despedida; hoje, ainda não é o adeus à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; onde tive a grande alegria e satisfação de colaborar com ilustres Deputados do meu Partido e da Aliança Renovadora Nacional, objetivando o aprimoramento das leis, nem sempre vencedor; quase sempre vencido; mas, valeu a idéia, valeu a intenção. Por isso digo que, hoje, não é, propriamente, o dia da despedida; o dia do adeus será outro e, confesso que para essa despedida, o pronunciamento será escrito para que não haja restrições aos ilustres Deputados que foram meus colegas durante 4 anos de legislatura. Se o fiz, nesta oportunidade, fui sincero mas, peço desculpas. Se o fiz nesta oportunidade, foi para mostrar que na área de minha atuação política, fui massacrado pelos interesses do Governo; pelos interesses dos Municípios que pretendiam, tão somente, o comando político e a Constituição que não se respeita lá está. É vedada a atribuição de um Poder quando esta atribuição pertence a outro; quando o Governo do Estado dá atribuição para um Estado, não para assinar o ato mas, para designar delegados, funcionários para cargos em Comissão, para ele mandar, enfim, no Município, declina o Governo de uma atribuição constitucionalmente sua, a atribuição é só dele, governante. Entretanto, ele dá ao parlamentar e com que objetivo? Com o objetivo de que o parlamentar conquiste os votos daquele município.

Mas é triste, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando isto acontece, a Aliança Renovadora Nacional sempre está a indicar dois Deputados para conquistarem comando político. O meu partido foi derrotado pela ação do comando político nos pequenos municípios, porque o que se disputava, essa é a grande verdade, era a vitória do comando político e não a vitória dos partidos. Tanto é verdade que em muitos deles, liberado estava o eleitor para votar neste ou naquele candidato a Senador.

Ainda bem que nos grandes centros, a educação política é outra. E é exatamente graças aos grandes centros que o Movimento Democrático Brasileiro fez a maioria dos Senadores ou a grande maioria. Aí estão os Estados do Sul onde fizemos os Senadores, em todos eles, derrotando e infringindo uma derrota muito grande aos homens do governo.

Aí está a prova de que a maioria do eleitorado brasileiro deu preferência à nossa legenda. E se o governo não mudar, tenho a impressão, já que não quer, já que continua sendo governo de poucos, só poderei concluir: o povo há de mudar, ainda que seja através de uma Revolução armada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpem a franqueza e o meu muito obrigado pela atenção dispensada.

— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Consulto a liderança do M.D.B., se deseja ocupar o horário que lhe é concedido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Revolução armada prevista na carta de Hugo de Abreu, quando disse: “Estou convencido de estarmos encarando a última opção para resolver por meios pacíficos o impasse político a que a má-fé de uns e a incapacidade de outros está levando o país”.

Realmente o Deputado Barbalho, a última opção pacífica parece ter passado e a solução armada prevista não só por V. Ex.^a mas pelo General Hugo de Abreu em sua carta aos generais, parece que está a vir com muita rapidez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste final de legislatura quando entre vitoriosos e derrotados parece que fica a derrota da democracia, faço questão de vir a esta tribuna para, em meu nome, fazer uma promessa solene àqueles grandes companheiros e amigos que aqui fizemos durante quatro anos, promessa essa de que a vigilância do Legislativo através deste Deputado e acredito que por todos que foram reeleitos e aos novos Deputados será feita, e esta vigilância começa exatamente neste dia.

Fizemos uma campanha política cujos ecos ainda estão por aí e fizemos esta campanha procurando mostrar que além de corrupto o Governo que temos aí, a ditadura que temos aí, que esse Governo além de corrupto era acima de tudo um Governo covarde. É um Governo que treme, basta um Brossard falar no Senado. É um Governo que em dez minutos de televisão tem de cassar um Alencar Furtado. É um Governo que não permite eleições livres e diretas para Presidente, para Governador e até agora para a ridícula figura do Senador picareta.

As leis casuísticas aparecem e o Governo covardemente as esconde até após as eleições. Sou um Deputado do meio rural. Em 76, com medo dos votos do colono, escondeu nas mais perdidas das gavetas os carnês que obrigaram o colono a pagar ainda em 1976, após o dia 18 de novembro a contribuição para o Funrural como empregadores rurais.

Denunciamos agora e temos em mãos um novo casuísmo para a área rural, quando após dia 25 de novembro, o filho do agricultor passará a ser empregado do próprio pai. E não é este Deputado apenas, quem denuncia isso, um outro homem tímido, foi correndo ao seu dono, o Sr. Nelson Marchesan, Secretário Geral da ARENA e pediu ao Presidente Geisel que suspendesse a Portaria 113, que deveria entrar em vigor dia 25 de agosto, e que entrará apenas dia 25 de novembro, porque foi suspensa por noventa dias e que transformará o proprietário rural que tiver um filho maior de 18 anos, em seu empregado, e é o próprio Marchesan quem diz: “Com responsabilidades sociais e previdenciárias aí decorrentes”.

Esta colônia, esse homem do interior, já sem dinheiro, já completamente descapitalizado, passará a engordar novamente as burras do FUNRURAL. Mas, com medo das eleições, esperou para 25 de novembro. É um governo que treme, treme tanto, que deve ter ido desmunificar Luiz Carlos Prestes, para tentar à última hora, ganhar as eleições. E o povo soube entender, o povo, quero discordar do ilustre Deputado Barbalho, também o povo do interior, deu uma surra nos mistificadores desta Nação.

Mas, o que está, e é o mais grave desta Nação, é que o acovardamento dos donos do poder, está acovardando o seu próprio povo. Os Prefeitos que se venderam, são frutos do regime, são os menores pecadores; são apenas, o efeito de uma causa maior.

Também na minha região, Deputado Barbalho, dois Prefeitos se venderam e vergonhosamente. E paradoxalmente, não prejudicaram o meu Partido. O Prefeito de Clevelândia e o

Prefeito de Manguairinha não prejudicaram o MDB, não prejudicaram o Deputado Nilso Sguarezi, prejudicaram vejam bem, um próprio Deputado da Arena, um nobre Deputado da ARENA, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, foi ameaçado na sua integridade física, por um Prefeito que tinha se vendido, que tinha se vendido para uma outra facção da Arena.

E eu quero agora, neste momento e deste local, prestar a minha solidariedade, porque sei dos maus momentos em que o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, defendendo seu ponto de vista, passou à longínqua cidade de Manguairinha.

Por isso, o mal maior não é a covardia dos pequenos, é a covardia desta ditadura que está aí, e cada vez mais se enclausura com medo do povo.

Agora mesmo, já vimos manifestações e não entraremos no mérito, porque talvez até seja a solução, para a situação econômica do País. Está aí o Pacote econômico. Mas aguardaram depois do dia 15 de novembro, para só então, trazer isso ao povo. Teria sido muito mais fácil, que se convocasse a população brasileira e mostrasse a real situação deste País, para que então todos, com uma só voz, e todos de mãos dadas, procurassem ajudar a recuperar este País.

Mas, com medo do povo, aguarda as eleições, para depois então, impingir regras que, naturalmente, irão prejudicar mais os pequenos.

Mas, o mais grave ainda, é que num País onde o governo é covarde, também a imprensa se acovarda; também os homens se acovardam. E aí está e eu quero, para que a vigilância deste Poder Legislativo continue firme, vou apresentar um requerimento de solidariedade a um dos jornais que tem feito neste País, oposição e oposição real.

Vejam os Senhores, que pouco antes das eleições, num ato que foi elogiado inclusive, por nós da Oposição, o sistema político que implantado neste País, resolveu, depois de sofrer pressões inclusive internacionais, acabar com a censura prévia dos jornais. Mas bastou apenas passar as eleições, três ou quatro dias, já novamente, recebemos a notícia que ontem o jornal “Movimento” teve toda a sua edição apreendida, porque tinha na sua primeira página, o título que diz o seguinte: “As urnas pedem o fim da ditadura”.

E, por esta razão, a Polícia Federal de São Paulo, esquecida das ordens emanadas pouco antes das eleições, novamente voltou a censurar a imprensa brasileira.

E, neste momento, quando o Poder Legislativo é revigorado, com homens da Arena e com homens do MDB, nos parece que devo pedir a ambos os Partidos que nos solidarizemos com este jornal que teve sua edição apreendida.

Razão pela qual, estou apresentando à Mesa, um requerimento no qual pedimos um voto de solidariedade ao jornal “Movimento”, por ter sua edição 177 apreendida pela ditadura. Se nós o fizermos, valorizaremos o nosso Poder, se nós o fizermos, nós mostraremos que o Poder Legislativo existe; se não o fizermos, tenho a certeza, a covardia dos que detêm o Poder, será alimentada e nós, mais e mais, ficaremos aqui a lamentar, homens da Arena, homens do MDB, a situação pela qual passamos.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Nobre Deputado, antes que V. Ex.^a conclua sua oração, eu gostaria que, oportunamente, V. Ex.^a me concedesse um pequeno aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Está concedido.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, nós que temos colocado um posicionamento, um comportamento, a serviço desta outorga popular aqui neste Poder, seria até odioso que eu deixasse passar este momento para me solidarizar com V. Ex.^a e, ao mesmo tempo, lembrar o final utópico da carta deste General que, denunciando corrupção, denunciando falcaturas, denunciando desvios e imoralidades que campeiam a administração deste País, eu também estaria incorrendo num erro por omissão. E não quero, de forma nenhuma, de consciência, me

permitir a este ridículo:

E quero dizer, Sr. Deputado, que também penso, foi-se a oportunidade do povo, foi-se não pelo povo de fazer uma revolução, foi-se esta oportunidade até por impedimento, por censura do próprio Governo que temia o resultado, muito maior e consagrado da aspiração democrática do povo brasileiro. E digo mais, o Governo querendo impor ao MDB, à Oposição, a única Oposição legítima deste País, — ou legítima ou legítima deste País, arrimada neste Partido que se chama Movimento Democrático Brasileiro, talvez este povo impedido desta manifestação, tivesse perdido a última trincheira de sua luta para implantar o Regime Democrático.

E digo mais, daí para frente, o responsável por uma eventual mudança de comportamento do povo brasileiro, através de suas manifestações cívicas e políticas, que podem culminar, agora sim, Sr. Deputado, podem culminar no comunismo, isto sim será debitado em todo o tempo que eu estiver vivo, por minha pessoa, pelo menos, será debitado ao Governo. Ele é o grande responsável pelo desvirtuamento do caminho para o Regime Democrático. Ele será o grande responsável por isto que está fazendo e deve assumir a responsabilidade dos efeitos desta desastrosa campanha política que não chegou a ser uma campanha política, chegou a ser um canteiro de obras, manipuladas para buscar resultados e conseguir as vitórias dos candidatos que ele quisesse que fossem eleitos.

E o pior. Neste País não tem, realmente, Deputado, moralidade. O que existe é um legalismo imposto de cima para baixo e que não cessaremos de denunciar aos homens conscientes e à sociedade cultural deste País, para que todos os homens de boa vontade, busquem fórmulas adequadas para equacionarmos, realmente e basicamente, uma mudança de estrutura neste País, a começar pelo sistema de ensino neste País; a começar também pela fórmula econômica do País. Este pacote de abril, Deputado Deni Schwartz, abordado com muita propriedade, principalmente por Vossa Excelência, me parece que atesta e muito bem, o protecionismo do grande capitalismo internacional, que submete o povo brasileiro, o trabalhador brasileiro, e a matéria prima brasileira, ao preço e às injunções de caráter internacional, impondo à Nação brasileira, o amesquinamento do seu povo. E mais, Deputado, este regime é falso. Tão mais falso quanto denuncia coronéis e generais, que servira a estes homens que detém o poder ilegalmente, ilegitimamente, e eu digo mais. A prova evidente, de que este regime não serve ao povo brasileiro, está aí em São Paulo. Erasmo Dias, que foi o Chefe de Polícia dos piores regimes que este País já teve. Que saiu da sua Secretaria e foi para conquistar na base da força — porque lá em São Paulo havia denúncia de que ele estava fazendo força, impondo, os seus auxiliares imediatos e mediatos, para ser eleito, e foi um dos mais votados. E o seu subalterno acaba de entregar, ou está entregando a titularidade da sua Pasta ao homem que foi o maior sacrificador, o maior inventor de vítimas deste regime que já teve em São Paulo. Aí está um dos maiores e mais votados do Estado de São Paulo, na base da força, na base da impostura, na base da deslealdade, na base da imoralidade e na base quem sabe, da legalidade, mas uma legalidade duvidosa, excrescente, claudicante, que nós pedimos que cesse de uma vez por todas.

Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Deni Schwartz, observado o pronunciamento de Vossa Excelência, a gente pode sentir que é muito mais fácil a crítica, quando eu vejo Vossa Excelência iniciar, pelo Carnê do empregador rural. A crítica tem sido constante, com referência à aposentadoria que é meio salário, que é irrisório; que nós concordamos que precisa aumentar mas desde que haja suportes, que haja condições.

Quando o Governo procura meios de solucionar, como agora, esta medida para o combate à inflação, Vossa Excelência

diz vamos aguardar; caso caberia a todos nós apresentarmos uma sugestão de como combater esta inflação, como achar uma solução. O Governo procura meios de solucionar, encontrar uma saída para que possa diminuir a inflação. Mas fica na expectativa a oposição para ver o que vai fazer e como criticar. Não foi esperado que se passassem as eleições, porque quando se fala em covardia, em ditadura, e se não fosse ditadura neste País, então o que seria? Com tanta liberdade de se falar o que quer. O que se falou nesta campanha política, verdadeiros absurdos.

E agora, ainda fala na ditadura, na covardia e nós também temos cisma — não medo, mas medo da demagogia na hora imprópria, na hora de uma eleição.

Não classifico a todos; grandes Deputados também da Oposição que merece, o nosso respeito.

Mas, tem muitos que se aproveitam do sofrimento alheio, para tirar proveito político.

E para isso, é preciso que tenham cuidado; e é o que tem tido. E o Governo tem procurado meios de solucionar, e cabe a todos nós, ARENA e MDB.

Sou contra na realidade, nobre Deputado, contra o bi-partidarismo, porque a pessoa é contra ou é a favor. Quando se toma uma medida, procurando corrigir certas distorções e que a pessoa se contraria, só tem uma opção: ir para a Situação ou ir para a Oposição.

Tanto de ambos os partidos. Mas, tenho certeza, que fazendo um trabalho com seriedade, como está sendo feito, haveremos de encontrar uma solução.

Hugo Abreu, que até há pouco tempo era um ditador, era um homem que não servia a este País, mas passou a servir agora.

Jayme Lerner não servia a Curitiba, quando era Prefeito, hoje excelente porque está fora.

Então, está visto que o Governo tem procurado por homens que possam encontrar uma solução de melhores dias para o nosso País e para a nossa juventude e para o futuro. E nós notamos isso. A que oposição passa, a elogiar estes homens quando estão fora.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu diria o seguinte: O General

Hugo Abreu, para mim, continua sendo o que sempre foi.

Apenas ele disse algumas verdades que nós estamos reproduzindo.

E quanto às soluções, este Deputado está a cavaleiro, vale dizer.

Há algum tempo atrás, falamos desta tribuna, e temos uma posição definida: por que não se baixar os juros? Por que não se estatizar os bancos? Tenho uma posição definida.

Acho que uma das soluções seria se acabar com o elitismo que tem.

Aposentadorias, aposentadoria do homem rural, que ganha setecentos e oitenta cruzeiros, aos sessenta e cinco anos de idade, depois de trabalhar cinquenta e cinco anos, porque no interior se começa a trabalhar aos dez anos.

É muito fácil.

Basta acabar elitismos como estes, Sr. Deputado, porque nós, nesta Assembléia, provamos: apenas treze funcionários desta Assembléia, num jogo de nomeia e desnomeia, estão ganhando do Estado do Paraná, quatrocentos e setenta e dois mil cruzeiros por mês, arrecadação que muitos municípios não têm. Treze funcionários estão aposentados aqui nesta Assembléia por trinta e seis mil cruzeiros, em média.

Quando nós levantamos isso, dizem que são pequenos casos. Mas quando um homem, com sessenta e cinco anos, quase morrendo, recebe setecentos e oitenta cruzeiros, nós achamos bom. Aqui estão as soluções: que as leis sejam menos

elitistas, que os bancos fiquem menos ricos, e que na frente da casa do banqueiro, não tenhamos um policial que ganha dois mil cruzeiros por mês, a cuidar quem ganha cem mil cruzeiros por hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Consulto à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso dos quinze minutos que lhe são reservados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, usará o horário da liderança, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vim à tribuna para fazer uma declaração antecipada de voto.

Votarei contra, Sr. Presidente, nobres Deputados, ao requerimento que será proposto pelo nobre Deputado Deni Schwartz, propondo um voto de solidariedade desta Casa a um órgão de imprensa, de tendências nitidamente esquerdistas.

E situo minha posição, Sr. Presidente, como ela sempre foi em toda a minha vida pública.

Sou homem que abomino os regimes de exceção.

Sou homem que abomino os regimes esquerdistas. E sou homem que abomino a incentivação à luta armada e fraticida, como propôs no início do seu discurso, o nobre Deputado Deni Schwartz.

Repetindo as palavras do General Hugo Abreu, ele disse que "ou se faria agora a luta armada, que talvez fosse a última oportunidade para este País sair do regime de exceção, e se não fosse pelas eleições e pelo voto, seria pela luta armada.

E o nobre Deputado Deni Schwartz propôs, pregou a luta armada, que é um contrasenso de um homem que veio para esta Casa, dentro de um regime que ele já conhecia; candidatou-se num regime que ele conhecia, conhecia as regras do jogo, veio a esta Casa, sabendo que nós vivemos num regime de semi-exceção, e eu estranho que um homem eleito com os votos do povo, venha aqui pregar a luta entre irmãos.

E quem é esse general Hugo Abreu? É o mesmo homem que, quando membro do alto comando revolucionário, apoiou todas essas medidas de exceção que hoje a oposição combate.

Naquela oportunidade, o Sr. Hugo Abreu não era bom. Hoje ele presta. Hoje ele está sendo endeusado pela Oposição.

Por que?

Porque ele desencantou-se? Não, ele não se desencantou. Ele pretendia ser indicado à Presidência da República. Como não o foi, rebelou-se contra o Governo, e hoje vem dizer ao País que o Governo não presta, que o Governo é corrupto. Mas, ele participou dessa corrupção.

Não estou defendendo o governo de exceção, Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados, sei que muita coisa precisa mudar neste País. Precisa mudar desde a distribuição de renda, a fim de que o trabalho não empobreça enquanto o capital enriquece.

O MDB quer isso, mas nós também queremos.

Precisa mudar o enfoque de nossa política econômica, para deter, a nível aceitáveis, a inflação e acabar com esse flagelo terrível que é o aumento do custo de vida.

Precisamos mudar o enfoque da política habitacional. A distorção da política habitacional, a fim de possibilitar a todo assalariado a aquisição da casa própria, que todos nós sabemos, é o sonho maior na vida de um homem. E não foi contra outra coisa que quis o inesquecível Presidente Castelo Branco, ao criar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e destinar esse Fundo à política habitacional, criando o Banco Nacional de Habitação.

Vieram as distorções que aceitamos, que aplaudimos

e que aprendemos a conviver com elas.

Mas, sabemos que precisa — e como precisa — mudar a Presidência Social, a fim de que não venha, amanhã, um falso homem do povo, que dizem apoiado pelas companhias multinacionais e, representante dessa Previdência Social, obter uma votação extraordinária, como obteve, no Paraná, o ex-Presidente da Previdência Social!

Todos dizem que os recursos dessa campanha foram fornecidos pelas companhias multinacionais que exploram miseravelmente o homem brasileiro.

Nós sabemos que a Previdência Social precisa mudar. Sabemos disso. Não se admite que um homem entre numa fila, nas primeiras horas da madrugada, para obter uma consulta médica. E que, ao chegar a sua vez, batam-lhe o guichê na cara e digam "terminaram as consultas, porque o INPS limitou o número de consultas a título de economia".

Entretanto, o INPS apresenta um balanço com um "superavit" de um bilhão e oitocentos milhões, dinheiro que foi emprestado para as falcaturas que se cometem em Itaipu!

Sabemos que isso precisa ser mudado.

Sabemos que precisamos mudar o papel do estudante, nas universidades e na própria política.

Precisamos mudar o próprio papel do brasileiro na política, restabelecendo o conceito essencial de Democracia que é o regime de maioria que se exerce através do voto universal e secreto.

Sabemos que precisa mudar toda uma legislação. Restabelecer o "habeas corpus", resguardar os direitos humanos, restabelecer a independência de poderes que, hoje, é um mito, neste País.

Precisamos assegurar ao trabalhador a sua justa participação nas empresas que ele mesmo ajudou a gerar.

Mas, são mudanças que terão que vir a seu tempo. Jamais através de uma pregação subversiva, como deste órgão espúrio e nojento a quem propõe-se, nesta Casa, um voto de solidariedade.

Precisamos fazer isso dentro da democracia cristã. Os homens eleitos, agora em 15 de novembro, têm sobre os ombros esta responsabilidade, proceder as reformas que o povo aspira.

Mas, dentro daquilo que o povo brasileiro sempre foi: cristão por excelência, cristão que repudia as doutrinas exóticas, os regimes de exceção.

Nós chegaremos lá, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Mas, chegaremos através de uma ação coordenada de todos os Parlamentares, MDB e ARENA.

É preciso que os Deputados da ARENA tenham a coragem de vir aqui e denunciar à Nação a corrupção que impera neste País.

É preciso que cada Deputado, que cada um honre o seu mandato. E só com uma pregação desta, com uma conscientização do povo é que nós um dia alcançaremos a democracia plena neste País.

Eu repudio, nobre Deputado...

O Sr. Deni Schwartz — Deputado, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer, só desejo expressar o meu pensamento.

Eu repudio, nobre Deputado, o incentivo da luta entre irmãos, o incentivo a órgãos espúrios, de tendências nitidamente esquerdistas. Mas estou com Vossa Excelência, em quase tudo, em noventa por cento do que Vossa Excelência sabe como eu sei, como todos nós sabemos, que, muita coisa precisa mudar, mas, será através dos caminhos pacíficos, dos caminhos cristãos.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Deni Schwartz — A recíproca é verdadeira, porque eu também concordo com o que Vossa Excelência está dizendo. Talvez por um lapso, Vossa Excelência não tenha ouvido

que, quando eu respondia ao Deputado Gilberto sobre o General Hugo Abreu, eu disse que continuo a pensar, sobre o General Hugo Abreu, como eu pensava antes e que inclusive eu não concordo com muita coisa que ele disse, o que disse, magoado por não poder ter sido o premiado para a Presidência da República. Mas não preguei a violência, nobre Deputado, abomino a violência e disse, quando falei, apenas li, porque, estou atemorizado, estou, mesmo, atemorizado de que não achemos soluções pacíficas e, cabe à independência do Poder Legislativo, cabe à coragem do Poder Legislativo eleito neste País, agora, achar as soluções, para que não precisemos exatamente concordar com o que o General Hugo Abreu, magoado, disse, em sua carta. Eu apenas li o que o General Hugo Abreu disse, mas estou realmente preocupado em que ele tenha sua razão. Espero que não tenha. Espero que nós possamos achar, com coragem, soluções para o nosso País.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, estas, as razões, as razões que me levam a votar contra o requerimento a ser apresentado pelo nobre Deputado Deni Schwartz.— (Revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, devidamente apoiado, constante do expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência, que esta Casa manifeste, pela Ordem do Dia, de maneira inversa, isto é, dando preferência, primeiro, aos requerimentos. Requeiro a Vossa Excelência esta colocação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Respondendo a Questão de Ordem: já existe sobre a mesa, requerimento nesse sentido.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n.º 164/78, Proposta Orçamentária para o Exercício de 1979.— **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação aprovado:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/78, de Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1979. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO com restrições.— COM EMENDAS.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/78, de Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1979. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, com restrições.— COM EMENDAS.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 164/78.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

1. Reúne-se esta Comissão de Orçamento, para a

apreciação e análise do mais importante instrumento de programação governamental, onde deverá ser aferida a intenção da atividade do Poder Público em suas dimensões físicas e financeiras.

A programação orçamentária que nos é apresentada, consiste basicamente na fixação de metas e na destinação de recursos humanos, materiais e financeiros, para alcançar os objetivos propostos dentro do próximo exercício.

Ressalva, ao exame, a compatibilização, de forma efetiva, dos planos de médio e longo prazos com as metas que devem ser alcançadas a curto prazo, e, mais especificamente, no exercício fiscal.

A maior importância a que nos referimos, decorre do fato de que o programa orçamentário constitui base para realizar a gerência de recursos alocados e, em que a unidade executora do programa, tem não somente a responsabilidade do manejo financeiro dos recursos atribuídos ao mesmo, como também a de atingir as metas programadas.

Observe-se que, na formulação dos programas orçamentários tomou especial atenção à determinação de metas, em concordância com a orientação dos planos, podendo-se prever excelentes resultados.

2. DA RECEITA E DA DESPESA

A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 1.979, é da ordem de Cr\$ 27.555.680.300,00 (Vinte e sete bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil e trezentos cruzeiros), o que denota uma elevação de 47,7% sobre o ano anterior.

3. DAS EMENDAS

Aberto o prazo regimental para o oferecimento de Emendas, foram apresentadas 34 (trinta e quatro), tendo sido publicadas, como determina o Regimento Interno, dentro do prazo legal, em Avulso do Diário da Assembléia, datado de 07 de novembro de 1.978.

Todas as emendas apresentadas, foram recebidas por esta Comissão de Orçamento, sem que nenhuma recebesse rejeição liminar.

Passaremos a apreciá-las:

As Emendas n.ºs 3, 4, 5, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, pelas suas naturezas e objetos, merecem ser consideradas recebendo a aprovação desta Comissão, mesmo porque, a aprovação não alterará a substância da programação orçamentária, deixando, isso sim, uma alternativa administrativa a ser seguida.

Por outro turno, as Emendas de n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e 24, por contrariar os pressupostos retro alinhados, deverão ser desconsideradas pela rejeição.

Quanto às Emendas n.ºs 1 e 2, pretendem a autorização da Assembléia Legislativa, para que o Poder Executivo tome as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, bem assim, para a abertura de créditos suplementares até o limite de 30% sobre o total orçado para a despesa do exercício.

Ora, a autorização que se pretende solicitar à Assembléia Legislativa, está sendo pedida no texto da Lei e deverá ser dada, quando da votação deste Projeto, pela maioria dos integrantes desta Casa de Leis.

Se assim não entenderem os Senhores Deputados, rejeitarão o pedido, descabendo, dessa forma, as Emendas.

4. CONCLUSÃO

Tudo bem visto e bem examinado, e diante do que foi exposto, somos pela aprovação do projeto de lei em seu texto

original, bem como as emendas atrás enumeradas favoravelmente e pela rejeição das demais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.978.

(aa) Fuad Nacli, Presidente, Jorge Sato, Relator.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 164/78 **ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO**

EMENDA Nº 01

O Art. 4º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º — O Poder Executivo, ouvida a Assembléia Legislativa, poderá tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de dezessete de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, mediante a emissão de títulos da dívida pública flutuante e empréstimos bancários, de acordo com o Art. 37, da Emenda Constitucional nº 03, do Estado do Paraná, e Resoluções do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1978.

(a) Deputado ANTÔNIO FACCI

EMENDA Nº 02

O artigo 7º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º — O Poder Executivo poderá abrir, mediante autorização da Assembléia Legislativa, créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o total orçado para a despesa do exercício, servindo como recursos os definidos no art. 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1978.

(a) Deputado ANTÔNIO FACCI

EMENDA Nº 03

3702.16885312.851 — Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas

Acrescente-se:

Ligação asfáltica: Roncador — Campo Mourão

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1978.

(a) Deputado ANTÔNIO FACCI

EMENDA Nº 04

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social

Unidade: Gabinete do Secretário

Código: 2701.13754281.504

Acrescente-se:

c) Construção e equipamento de um hospital no Município de Paissandu.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1978.

(a) Deputado ANTÔNIO FACCI

EMENDA Nº 05

Órgão: Tribunal de Justiça

Unidade: Tribunal de Justiça

Código: 0501.02040251.033

Acrescente-se:

após a expressão "... 8 construções ..." o seguinte:

inclusive a do novo Fórum de Maringá.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado JORGE SATO

EMENDA Nº 06

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Andirá.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 07

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Mariana.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 08

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Alto Paraná.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 09

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Itambaracá.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 10

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Céu Azul.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 11

Órgão: Administração Geral do Estado

Unidade: Encargos Gerais do Estado

Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cafeara.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 12

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 13

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Amélia.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 14

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Miraselva.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 15

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 16

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Nova Aurora.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 17

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palmeira.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 18

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Paranaipoema.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 19

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... nas doações concedidas pelo Governador do Estado, recursos suficientes para suportar as despesas decorrentes de **ampliação e reforma do Autódromo de Cascavel.**

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 20

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... nas doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, recursos suficientes para atender as despesas decorrentes de **ampliação e reforma do Estádio do Tuiuti Esporte Clube de Cascavel.**

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 21

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social
Unidade: Gabinete do Secretário
Código: 2701.13754281.504

Acrescente-se:

— **construção de 8 unidades sanitárias com m2 cada, sendo uma em Itambaracá.**

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 22

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Porcatu.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA N.º 23

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaguapitã.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1.978

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 24

Órgão: Administração Geral do Estado
Unidade: Encargos Gerais do Estado
Código: 2301.07401832.335

Acrescente-se:

... e das subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador do Estado, entre outras, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Leopólis.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 25

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica do trecho que liga Anahy a BR-369.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 26

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica do trecho que liga Carajá a Jesuíta - Município de Formosa d'Oeste.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 27

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica da estrada Ibema-Santo Antônio, no trecho que liga Três Barras a Catanduvas.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 28

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Santa Amélia ao Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 29

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Santa Mariana ao Distrito de XV (Santa Mariana).
Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 30

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica da estrada que liga Café-lândia-Penha, no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 31

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica do trecho que liga Longuinópolis a BR-369.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

EMENDA Nº 32

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica do Distrito de Braganey a BR-277, dando continuidade até o Distrito de Anahy.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 33

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica da estrada que liga Floresópolis - São Joaquim, na Rodovia Bela Vista-Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI.

EMENDA Nº 34

Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes
Unidade: Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas
Código: 3702.16885312.851

Acrescente-se:

Pavimentação asfáltica do trecho Iguatu a BR-369.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Deputado FUAD NACLI

O Sr. Fidelcino Tolentino - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Eu pergunto a Vossa Excelência, se está sendo colocado em 1.ª discussão o projeto relativo à Mensagem que visa a apreciação da proposta orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) - Exatamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É o de número 63 dentro da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) 63 da Ordem do Dia. Está em discussão o Projeto de Lei número 164/78.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas V.Ex.^a está colocando em discussão do fim para o começo, da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Foi aprovado requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas o requerimento eu não ouvi, Sr. Presidente, mas me parece que era inversão de requerimentos e depois a Ordem do Dia, consignada neste pacote aqui, que se chama Ordem do Dia. Então não é costume desta Casa, fazer justamente o contrário da colocação do número de ordem dos projetos de lei. A minha indagação a Vossa Excelência é se o requerimento realmente coloca: inverter a ordem de colocação deste papel da Ordem do Dia. Parece-me que foi pedido apenas para inverter. Os requerimentos colocados, encaminhados pelos Senhores Deputados, via de regra, são apreciados depois, no final.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu estou com a palavra pela ordem, e gostaria que Vossa Excelência me assegurasse.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Gostaria de esclarecer ao Deputado Fidelcino Tolentino: o requerimento já estava sobre a mesa e foi aprovado por esta Assembléia.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Foi aprovado mas me parece que a interpretação não é esta, Sr. Presidente, data vênica.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) É matéria vencida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, estou numa questão de ordem e requeiro a Vossa Excelência que me dê uma solução sobre a minha indagação, pois estou estribado no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência pode encaminhar seu requerimento por escrito, que será submetido à Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas estou indagando a Vossa Excelência com base no Regimento Interno. Eu quero saber como é que foi colocado. Vossa Excelência está tolhendo uma questão de direito que eu tenho e estou estribado no Regimento Interno da Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Vou passar ao 1.º Secretário que procederá a leitura do requerimento que foi aprovado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência vai colocar este requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Já foi aprovado e está em discussão o projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Respondendo a questão de ordem do Deputado Fidelcino Tolentino, a matéria já está vencida e está em discussão o Projeto de Lei 164/78.

Para a Questão de Ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Vossa Excelência já respondeu a minha questão de ordem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está em discussão o Projeto de Lei 164/78. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a Questão de Ordem. Os Srs.

Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 164/78, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Defiro. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Em votação o Projeto de Lei nº 164/78. — Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/74, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de Rosário, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com sede e divisas que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 142/76, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE KARATÊ E ARTES MARCIAIS, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 161/77, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, com fundamentos no que dispõe o § 3.º do artigo 102, da Emenda Constitucional nº 01, de 17/10/69, altera o dispositivo no artigo 130 da Lei 6174, de 16/11/70. Pareceres Contrário da C.C.J. e Favoráveis da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 180/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Jornalista ROBERTO MARINHO. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 11/78, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS — UNIPUBLI", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que altera para "PEDRA BRANCA DO ARARAQUARA", a denominação do Distrito de Garuva no Município de Guaratuba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 26/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que dispõe sobre a contagem recíproca para efeito de aposentadoria ao Funcionalismo Público Estadual, o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada. Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — (Anexo o Projeto de Lei nº 13/78,

de autoria do Deputado Domício Scaramella, que versa sobre a mesma matéria. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 44/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, Entidade Filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 55/78, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que acresce ao parágrafo único com redação que especifica, ao artigo 143 da Lei 6174, de 16/11/70. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 56/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO JORGE — ACMA, com sede no Município de Altônia, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 80/78, de autoria do Deputado VALTER PIETRÂNGELO, que autoriza o Poder Executivo construir estrada pavimentada de porte médio, entre as cidades de Nova Londrina e Terra Rica, e dá outras providências. Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 85/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Dr. MILTON MIRÓ VERNALHA. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que autoriza o Poder Executivo ceder para uso de dependências físicas e equipamentos respectivos, aos membros da União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná, em áreas de parques e reservas florestais de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.A.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 99/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. ALCIDES NUNES GUIMARÃES. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 101/78, de autoria do Deputado WALDENÍCIO BARBALHO, que denomina "PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO", a Unidade Polo de 1º e 2º Graus da cidade de Paranavaí. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/78, de autoria do Deputado JORGE SATO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. EIKINCHI HORIBE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 122/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CARAMBEI", com sede e foro no Município de Castro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/78, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLÉIA DE DEUS", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO", com sede na cidade de Cambará. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/78, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 34/78, ex-Proposição nº 118/78 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e SUDESUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a implantação do "Programa de Apoio à Pesquisa Científica em Pós-Graduação. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 45/78, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 44/75, ex-Proposição nº 164/75 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Toledo, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/78, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 02/77, ex-Proposição nº 163/77 — Aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/78, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 02/78, ex-Proposição nº 69/78 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIÊN, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 64/78, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 02/78, ex-Proposição nº 77/78 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Londrina, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 10/78, ex-Proposição n.º 95/78, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de Guairacá, objetivando construção de prédio destinados a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 109/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Rebouças, com participação de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 116/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Tijucas do Sul, com participação de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 119/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, objetivando elaboração de planos Regionais e Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 129/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 134/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 137/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e interveniência

de órgãos que especifica, e o Município de Cerro Azul, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 143/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 144/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 50/78, ex-Proposição n.º 154/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Guarapuava, objetivando execução de terraplenagem, pavimentação e obras complementares no Aeroporto do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 52/78, ex-Proposição n.º 156/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação, interveniência de órgãos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 57/78, ex-Proposição n.º 161/78, aprova os convênios n.ºs 17/77, 51/77 e 100/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando concessão de assistência técnica e financeira ao setor educacional do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.ºs 85/78, ex-Proposição n.º 162/78, aprova os convênios de n.ºs 14/77 e 51/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos de Salário Educação instituída pelo Decreto-Lei n.º 1422, de 23/10/75. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 59/78, ex-Proposição n.º 163/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos orçamentários oriundos do Departamento de Ensino Fundamental, do referido Ministério, para o exercício de 1977. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 61/78, ex-Proposição n.º 165/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos na realização de promoção cultural, pela Diretoria de Assuntos Culturais, no exercício de 1977. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 135/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Porto Vitória, objetivando aplicação de recursos conforme específica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 171/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 172/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Contenda, objetivando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 84/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 76/78, ex-Proposição n.º 199/78, aprova termo de re-ratificação ao convênio n.º 28/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 201/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Guaraniáçu, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto “MINERVA”. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 202/78, aprova convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de São Miguel do Iguaçu — visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II, do Projeto “MINERVA”. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 204/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Maria Helena, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II, do Programa “MINERVA”. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/76, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Lar Belém”, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 125/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Casa Transitória Fabiana de Jesus”, com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta publicação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A “Casa Transitória Fabiana de Jesus” entidade assistencial que tem desempenhado as mais nobres atuações no setor assistencial da comunidade de Ponta Grossa, preenche cabalmente os requisitos legais exigidos para se tornar uma instituição de utilidade pública. Por isso, a medida ora pleiteada por esta proposição, com certeza merecerá a aprovação desta Assembléia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 125/76

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 125/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Lar Belém”, com sede na cidade de Nova Santa Rosa.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Maurício Fruet — Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a “Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração”, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer favorável.

vel da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N.º 07/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração, com sede no Município de Pato Branco - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa declarar de utilidade pública uma Fundação educacional que reúne todas as condições exigidas por lei. Apesar de contar com a data de sua instituição relativamente próxima, a mesma é resultante de transformação da Fundação Educacional de Pato Branco — FUNDEPABRA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 07/78

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração, com sede e foro na cidade de Pato Branco.

Analisando-se o processo, através da justificativa que o acompanha, a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Maurício Fruet - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/78, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a “Casa Transitória Fabiana de Jesus”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N.º 43/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Lar Belém”, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) Egon Pudell

JUSTIFICATIVA:

A “Sociedade Beneficente Lar Belém”, foi fundada em 6 de janeiro de 1973, com finalidade filantrópica, tendo como objetivo principal construir um asilo para órgãos, dar assistência às crianças de famílias desamparadas, dando também assistência pré e pós natal às mães carentes de recursos, completando assim o ciclo de suas finalidades e não visando lucros.

Nestas condições, preenche todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública.

Daí o projeto de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 43/78

Examinados os documentos apresentados, declaro preenchidos os requisitos exigidos pela Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, sendo, por via de consequência, favorável à sua aprovação.

É o Parecer. S.M.J.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Maurício Fruet — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/78, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública o “Instituto Pio XII”, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N.º 133/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o “Instituto Pio XII”, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1978.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora estamos propondo para que seja declarada de utilidade pública, e que pertence a pequena Obra da Divina Providência, vem prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de Quatro Barras, principalmente no campo da assistência social, o que já lhe grangeou o reconhecimento público municipal, através do Decreto Municipal, número 06/75, e conseqüentemente o seu registro junto ao Conselho Nacional do Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, sobre o número 68.461/57, e inscrito junto ao Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sobre o número 75.797.282/0001-07, estando portanto apta para ser reconhecida como de utilidade pública.

O presente projeto de lei que ora estamos apresentando, visa o reconhecimento público estadual, a uma entidade que vive exclusivamente do esforço de seus Diretores e associados, que mesmo sem receberem qualquer tipo de remuneração, aplicam os seus tempos de lazeres, em prol daqueles menos favorecidos, numa demonstração que o problema social, não é somente um problema de governo, mas um problema de todos aqueles que com um pouco de boa vontade, podem também ajudar a resolvê-los. Desta maneira, temos certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 50/78

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, o presente Projeto de Lei n.º 50/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o “Instituto Pio XII”, com sede na cidade de Quatro Barras.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Fabiano Braga Côrtes - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/78, de autoria do

Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública o "Centro Social do Bem-Estar ao Menor de Barracão e Dionísio Cerqueira", com sede e foro na cidade de Barracão. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Social de Bem-Estar ao Menor de Barracão e Dionísio Cerqueira", com sede na cidade de Barracão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, possui o reconhecimento público Municipal de Barracão, através da Lei Municipal n.º 441/77.

Pelos seus relevantes e inestimáveis serviços, que vem prestando no campo da filantropia e da assistência social à comunidade de Barracão, é que estamos apresentando o presente plano de lei a fim de outorgar-lhe o reconhecimento público estadual.

A documentação que anexamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em vigor.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 109/78

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei n.º 109/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro Social de Bem-Estar ao Menor de Barracão e Dionísio Cerqueira", com sede em Barracão.

Analisando-se o processo, através da justificativa que o acompanha e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstas pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora do instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Nelson Buffara - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Goio-Erê", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 112/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Goio-Erê", com sede e foro na cidade de Goio-Erê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social e da filantropia, à comunidade de Goio-Erê, granjeando-lhe inclusive o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 820/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais para o seu reconhecimento público no âmbito estadual.

Assim, apresentamos o presente plano de lei que esperamos receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 112/78

Considerando preenchidos os requisitos exigidos pelos incisos do art. 1.º, da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, opinamos favoravelmente ao projeto.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Maurício Fruet - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/78, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Deputado Benedito Lúcio Machado", a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina, ao Distrito de Platina, no mesmo município. Parecer Favorável da C.C.J., com Emenda, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 114/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "Deputado Benedito Lúcio Machado", a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, no mesmo município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Benedito Lúcio Machado, falecido no mês de julho do corrente ano, com a idade de 48 anos, nascido no Distrito de Platina, exerceu, apesar de jovem ainda, os cargos de Prefeito Municipal e Vereador do Município de Santo Antônio da Platina e com muito brilhantismo o de Deputado Estadual, na presente Legislatura, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro — M.D.B., exerceu-os com dignidade e honestidade, e na sua vida pública sempre foi fiel a mesma causa.

Nada mais justo que se homenageie aquele que foi um idealista e combativo homem público.

Face o exposto, esperamos o devido apoio dos ilustres Pares e posteriormente a aprovação da presente proposição que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 114/78

O eminente deputado autor do projeto expõe, em seu judicioso arrazoado, os louváveis motivos que o levaram a tomar a iniciativa deste.

Trata-se, efetivamente, de matéria convalidada pelos melhores propósitos.

Opinamos, entretanto, pela redação abaixo, ao seu art. 1.º, que nos parece melhor materializar o intento legislativo:

EMENDA:

Redija-se o art. 1.º do Projeto de Lei 114/78:

"Art. 1.º — Fica denominada "RODOVIA DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO", a que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, no mesmo município."

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(aa) Paulo Camargo

Presidente

Maurício Fruet

Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil “BOCA MALDITA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 119/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Civil “BOCA MALDITA”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil “BOCA MALDITA”, é uma entidade de caráter filantrópico-cultural, sem fins lucrativos, fundada no dia 13 de dezembro de 1.966, com duração indeterminada, nesta cidade de Curitiba, com o objetivo de proporcionar auxílios e o conagração cultural.

Esta Sociedade, sem nenhuma congênere no mundo, é um verdadeiro clube multi-racial, político, artístico e econômico do Paraná.

A “BOCA MALDITA” é uma entidade polivalente, pois consegue, a par de suas discussões sobre relevantes problemas nacionais e internacionais, prestar auxílios filantrópicos nos casos mais urgentes em que se debate o Estado.

Por isso, a sua transformação em órgão de utilidade pública, a torna merecedora do reconhecimento do Poder Público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 119/78

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Civil “Boca Maldita”, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a proposição apresentada, através da justificativa e da documentação que acompanha, temos que, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei estadual n.º 6.994, de 10/01/78, que regulamenta o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/78, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAÍ — APAE”, com sede e foro na cidade de Paranaíba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 126/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAÍ — APAE”, com sede e foro na cidade de Paranaíba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) Paulo Camargo.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica à comunidade de Paranaíba.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, esperamos, apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 126/78

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, o presente Projeto de Lei n.º 126/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAÍ — APAE”, com sede na cidade de Paranaíba.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 133/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA”, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1.978.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA, com sede e foro no Município de Curitiba, é uma Associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Associação e demais documentos, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que oferece o presente projeto de lei à consideração dos meus Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 133/78.

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o presente Projeto de Lei n.º 133/78, tem por finalidade, declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA”, com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública o “RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE”, com sede e foro na cidade de Cianorte-Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 134/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE, com sede à Rua Curitiba, n.º 1906, na cidade de Cianorte-Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

O RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE, com sede à Rua Curitiba, n.º 1.906, na cidade de Cianorte-Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo o atendimento às pessoas idosas, sem condições de arcar com deveres ou trabalhos da vida cotidiana, fornecendo aos mesmos um recanto onde possam receber conforto espiritual e material, pois não são medidos esforços nesse sentido.

Encontra-se em pleno funcionamento e atendendo às determinações previstas em lei, o que justifica o presente pedido, ou seja, que a mesma venha a ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 134/78.

De autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, o presente Projeto de Lei n.º 134/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública, o “RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE”, com sede na cidade de Cianorte.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 184/78. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congra-

tulações ao Dr. Mário Lopes dos Santos, pela sua nomeação ao Tribunal de Justiça do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, providências no sentido de que a localidade Vila Nilza, venha a contar com serviço telefônico. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Jornal “Movimento”, que teve sua edição número 177, apreendida pela Polícia Federal de São Paulo. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Conselho Interministerial de Preços e à SUNAB, protestando contra a permissão da elevação do preço do pão de 50 gramas, que se fabrica no Estado, apenas dois dias após a data das eleições. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, poderia dar a súmula do requerimento?

(É procedida a leitura do requerimento)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Fica adiada a discussão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Escola Tia Paula. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral, da ARENA e do MDB, sugerindo-lhes seja estudada uma fórmula pela qual se possibilite distribuir, gratuitamente, aos eleitores reconhecidamente pobres, formulários para que possam justificar o não comparecimento às urnas, perante a Justiça Eleitoral. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro do Interior, suplicando-lhes seja submetido à apreciação do Poder Legislativo o Estatuto do Índio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitado seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretários dos Recursos Humanos e da Saúde e Bem Estar Social, sugerindo-lhes seja instituída gratificação aos servidores que trabalham com substâncias radioativas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja regulamentado o pagamento do “Auxílio para Diferença de Caixa”, previsto no artigo 201, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, bem como determinado o pagamento do referido auxílio, mediante simples apresentação do atestado de óbito. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de telefones nas escritanias do Cível, localizadas no Edifício Montepar. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, à SUNAB, à Dele-

gacia Regional da SUNAB no Paraná, encarecendo intervenção imediata e severa, no mercado do leite, no Norte do Paraná. Solicita ainda, que deste pronunciamento seja dada ciência à Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que autoriza a construção da terceira faixa nas rampas da BR-476, trecho São Mateus do Sul-Curitiba.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Presidente do Conselho Federal de Educação, encarecendo o imediato reconhecimento do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras TUIUTI.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalado um telefone público na Vila Cristina, nesta Capital.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Escritor e Historiador guarapuavano, Heitor Francisco Izidoro, pela sua recente obra "Guarapuava: Das Sesmarias e Itaipu".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, reiterando sugestão de que seja reestudada a atual situação dos Oficiais de Justiça das Varas Criminais do Estado.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, referente a participação do Banco do Estado do Paraná, no capital da Paraná Companhia de Seguros Germano-Brasileira, noticiado pela "Gazeta do Povo", na oportunidade da visita de seguradores alemães ao Paraná.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secre-

tário dos Recursos Humanos, encarecendo o pagamento do 13.º salário aos Servidores Públicos Estaduais, ou seja "Gratificação de Natal".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, reiterando pedidos formulados nestes quatro anos.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações referentes as recentes aquisições de ônibus destinados aos municípios, têm como objetivo precípua o atendimento de escolares, ou poderão ser utilizados pela ARENA, através de seus cabos eleitorais do interior.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, formulando apelo no sentido de sensibilizar Sua Senhoria, para determinar a formação de uma Comissão Especial, que em tempo recordem, possa proceder o levantamento geral do vergonhoso problema que envolve o Registro de Diplomas no Estado do Paraná.— **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Defiro. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

7 Srs. Deputados o aprovam; 5 Srs. Dputados o rejeitam. Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.